

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

SOCIABILIDADES NO LUGAR PÚBLICO DE UM BAIRRO  
POPULAR: NOTAS ETNOGRÁFICAS DO COTIDIANO DA PRAÇA  
DO NOVA VIDA/MALVINAS, EM MOSSORÓ/RN

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6967>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **SOCIABILIDADES NO LUGAR PÚBLICO DE UM BAIRRO POPULAR: NOTAS ETNOGRÁFICAS DO COTIDIANO DA PRAÇA DO NOVA VIDA/MALVINAS, EM MOSSORÓ/RN**

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8349-6472>  
PPGA/UFPB. João Pessoa, PB, Brasil

**RESUMO:** O trabalho que ora se apresenta é construído a partir das reflexões etnográficas desenvolvidas no estudo da Praça de um bairro periférico em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Ora definido enquanto Praça das Malvinas e ora enquanto Praça do Nova Vida, ela passa por Disputas e Apropriações para o seu uso e a prioridade nesse lugar público que é poluído pelas marcas da Estigmatização Territorial (WACQUANT, 2017) que recaem sobre o bairro, influenciando nas fachadas públicas (GOFFMAN, 2011) legítimas e ilegítimas que se apresentam na Praça, criando fronteiras e hierarquias morais monitoradas constantemente pelo Poder Público. Estabelecendo, então, um jogo social liminar no Lugar Público, apresentado em diversos casos etnográficos. Trata-se de um recorte específico de um trabalho etnográfico multiferramental – que caminhou visualmente, virtualmente e na materialidade da praça - que foi realizado a partir da seguinte pergunta problema: quais os usos sociais cotidianos, e extraordinários, realizados na Praça do Nova Vida/Malvinas? Por escolhas metodológicas cartografou-se a praça, sendo complexificada pela interação contínua na existência desse lugar público, formando os seguintes lugares morais e emotivos: a quadra poliesportiva, o campo O Luizão e o corredor. Como resultado, percebeu-se que as definições do lugar e as hierarquias e fronteiras morais dependem de um arranjo interacional e processual que varia conforme as estratégias de aproximação e afastamento entre os usuários e a atuação dos agentes públicos.

**Palavras-chave:** Espaço Público, Sociabilidades de Lazer, Mossoró/RN, Estigmatização territorial, Hierarquias morais

## **SOCIABILITY IN THE PUBLIC PLACE OF A POPULAR NEIGHBORHOOD: ETHNOGRAPHIC NOTES FROM EVERYDAY LIFE FROM PRAÇA DO NOVA VIDA/MALVINAS, IN MOSSORÓ/RN**

**ABSTRACT:** The present research is constructed from ethnographic reflections developed in the study of the Square of a peripheral neighborhood in Mossoró, in Rio Grande do Norte. Sometimes defined as Praça das Malvinas and sometimes as Praça do Nova Vida, it goes through Disputes and Appropriations for its use and the priority in this public place that is polluted by the marks of Territorial Stigmatization (WACQUANT, 2017) that fall on the neighborhood, influencing in the legitimate and illegitimate public facades (GOFFMAN, 2011) that appear in the Square, creating boundaries and moral hierarchies constantly monitored by the Public Power. Establishing, then, a liminal social game in the Public Place, presented in several ethnographic cases. This is a specific excerpt from a multi-tool ethnographic work - which walked visually, virtually and in the materiality of the square - which was carried out based on the following problem question: what are the everyday and extraordinary social uses carried out in Praça do Nova Vida/ Malvinas? Through methodological choices, the square was mapped, being complexified by the continuous interaction in the existence of this public place, forming the following moral and emotional places: the sports court, the O Luizão field and the corridor. As a result, it was realized that the definitions of the place and the hierarchies

and moral boundaries depend on an interactional and procedural arrangement that varies according to the strategies of approach and distance between users and the actions of public agents.

**Keywords:** Public Space, Leisure Sociability, Mossoró/RN, Territorial stigmatization, Moral hierarchies

## INTRODUÇÃO

A praça do Nova Vida/Malvinas<sup>1</sup>, de nome oficial Praça Luiz Gonzaga Sobral, encontra-se entre a Avenida Antônio Bento, Rua Zé de Alípio e a Rua Tenente Zuza Paulino, no Conjunto Nova Vida, zona leste de Mossoró - interior do Rio Grande do Norte. A praça, em seu formato atual, conta com os seguintes equipamentos: Quadra Poliesportiva, campo de futebol, parque para crianças e academia ao ar livre.

A linha que segui para escolher o que entraria nesse recorte foi de selecionar os fatos mais gerais, deixando de fora uma série de outros debates que não são menos importantes, e que podem ser lidos em Sousa (2022).

A pesquisa que segue trata-se da pesquisa de um lugar público, que pode ser definido a partir da perspectiva interacional da seguinte forma: “Tradicionalmente, ‘lugares públicos’ se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade” (GOFFMAN, 2010, p.19). O lazer em um espaço interacional público deve ser percebido enquanto multiplicidade de atividades em um mesmo espaço, além disso, que algumas delas estão ao alcance de um público mais geral e outras que são carregadas de barreiras simbólicas e morais, que para serem adentradas é preciso fazer parte das teias sociais locais.

A partir de outros estudos sobre praças públicas, delinea-se uma percepção dos Lugares Públicos atravessados por conflitos e disputas pelo seu uso. Dote (2017) em sua pesquisa na Praça do Ferreira (Fortaleza/Ceará) debate sobre os usos e contra-usos feitos da praça, sobre as normatividades e subversões dos usos do espaço público, apontando, assim, para os múltiplos modos de habitar a Praça<sup>2</sup>. Holanda & Gomes (2011) debate sobre os conflitos ocorridos entre os frequentadores e os moradores do entorno da praça João Gentil (Fortaleza/Ceará)<sup>3</sup>. Já Santos (2016), apresenta a Praça da

---

<sup>1</sup> Essas duas *Definições do Lugar* são êmicas, denominações utilizadas pelas pessoas do bairro e da cidade. Como exemplificação, apresentei na dissertação (Sousa, 2022) duas localizações diferentes que existem no Google Maps: Praça do Nova Vida e Campo das Malvinas. Mesmo sendo o mesmo local, eles contam com avaliações e comentários que seguem caminhos diferentes.

<sup>2</sup> A autora também apresenta os diferentes personagens que se apropriam da praça a partir dos seus usos e das variações temporais de tais usos.

<sup>3</sup> As autoras analisaram uma situação onde certas práticas urbanas na praça levam a conflitos, sendo este entre moradores e frequentadores. Elas também salientam um nítido conflito geracional que atravessa a questão.

Cruz Grande (Fortaleza/Ceará) apresenta esse *Lugar Público* a partir da atuação de grupos políticos que se utilizam do seu espaço público para promover atividades políticas<sup>4</sup>.

Para esse trabalho, me aproximo das concepções que percebem os conflitos como constitutivos das interações sociais, como produtora de significados e disputas<sup>5</sup>. A disputa, então, se apresenta enquanto resultado das diferentes práticas urbanas, interações e situações sociais encontradas nos espaços públicos. Essa diversidade de formas de se apropriar do espaço público seria a forma onde os “caminhantes” cartografam a cidade funcional embaixo, a partir de suas práticas urbanas (DE CERTEAU, 1990), que dá vida a esse projeto arquitetônico, externo aos desejos da comunidade e de como eles pensam o lazer.

## 1 A CAMINHADA ETNOGRÁFICA

Creio que seja necessário um rápido parêntese para apresentar a caminhada etnográfica enquanto uma estratégia adotada para a observação da praça. Não se trata de uma nova prática na Antropologia Urbana, pois já está presente desde as pesquisas de Magnani (1996), em que o recurso é utilizado como ferramenta exploratória do campo. Ainda assim, a *caminhada etnográfica*<sup>6</sup> que utilizei é fruto de uma adaptação de uma atividade já conhecida<sup>7</sup> no cotidiano da praça e a uma prática metodológica da Antropologia Urbana. Caso seguido à risca a proposição de Magnani, ela diz respeito a uma circulação mais extensa e em um momento inicial da pesquisa. A *caminhada etnográfica* contínua<sup>8</sup>, que realizei na praça, está assentada nas prerrogativas acima e na noção de *Timing*: “Para tanto, devia obedecer a um timing que a distinguisse do andar apressado e alheio do usuário habitual, assim como do passeante descompromissado” (MAGNANI, 1996, p. 16).

---

<sup>4</sup> É interessante perceber como nesse caso uma praça em um bairro periférico pode passar por uma construção política para sua *redefinição*, podendo deixar de ser lido socialmente enquanto um lugar perigoso para ser lido enquanto palco de atividades políticas que buscam transformar a situação do bairro. Isso insere na questão a necessidade de perceber que uma praça pode ser definida de maneira diferente por pessoas de carreiras morais diferentes.

<sup>5</sup> Um desafio que se apresentou no meu *fazer antropológico* foi o de conseguir mediar na escrita a coesão textual sobre um campo de pesquisa permeado por diferentes práticas sociais que por vezes conflitam entre si. Espero que com as reflexões posteriores à escrita eu possa encontrar maneiras mais profícuas de representar essa diversidade.

<sup>6</sup> Não se trata unicamente de uma prática, de uma ferramenta que se estabeleceu para apreensão do objeto, diz respeito à experiência de estar em campo, de como caminhar garantia um lugar na praça e de uma forma de *experenciar* o cotidiano da praça. Com “garantia de lugar”, me refiro à noção de encaixe na situação, não estando meramente situado (GOFFMAN, 2010).

<sup>7</sup> Com *conhecida*, quero dizer que é uma prática urbana que faz parte do repertório de ações possíveis de ser realizado nesse Lugar Público.

<sup>8</sup> Assumo que se tratava de um uso cínico de uma fachada ou de um papel social, exercido na praça, que já é sacralizado dentro das interações, situações e ocasiões desse lugar público. Não havia intenção de enganar, só de garantir um encaixe interacional a partir de um exercício metodológico.

De fato, quanto mais apressado, mais fragmentado seria a observação das diferentes atividades da praça, tal como das próprias interações dos outros que estavam usando o espaço da praça para caminhar<sup>9</sup>. Caminhar no compasso certo, então, poderia ser uma oportunidade de fazer o caminho que os usuários fazem, sincronizando-se com as *práticas urbanas* (DE CERTEAU, 1990) dos outros usuários a partir dos seus fluxos, já que:

Não se tratava de buscar o inusitado, o inesperado, mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma. A delimitação prévia do percurso e a cobertura do trajeto em sua totalidade sem interrupções é condição para se captar a diversidade de uma rua, por exemplo, sem se deixar levar fragmentação que, à primeira vista, ela parece exibir. Deve haver uma ordem, um ritmo, regras. Os usuários obedecem a essa ordem sem necessariamente dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado. Ao pesquisador cabe identificar tais regras (MAGNANI, 1996, p. 17).

Nesse caminho de perceber a ordem que os usuários obedecem, pesquisar a Praça do Nova Vida/Malvinas cobrou a atenção para o ordinário e o extraordinário, tal como compreender como rapidamente uma situação ordinária pode acabar se tornando uma situação extraordinária. Precisando estar atento também para as estratégias sociais para que a normalidade desse lugar público seja retomada.

## 2 A Praça do Nova Vida

Nos tópicos que seguem, busco compreender as atividades cotidianas exercidas na praça e de como elas são perpassadas pelos enquadramentos que definem a realidade do seu cotidiano enquanto *tipos ideais* (WEBER, 2022): *Praça do Nova Vida* e *Praça das Malvinas*. O primeiro diz respeito às principais atividades realizadas na praça, com suas ocasiões e situações sociais; o segundo diz respeito às tensões morais e emotivas expostas a partir de *frames* que contam com o *imponderável do cotidiano da praça*.

É importante frisar que a praça não está isolada do resto do bairro, existindo uma carga de *estigmatização territorial* (WACQUANT, 2017) sobre o segundo que pode acabar afetando o primeiro. *Estigmatização* essa que poderia colocar em xeque a sacralidade da fachada de *bom cidadão* ao ser questionado sobre o que ele estaria fazendo na praça de um bairro supostamente perigoso<sup>10</sup>.

Estudando a praça foi possível percebê-la enquanto um espaço comunitário que possibilita a interação dos indivíduos que se aproveitam mutuamente dessa *matéria de sociação*, que é potencializada devido à co-presença que os usuários estão expostos e no caráter de esporte coletivo que é desenvolvido nos dois maiores espaços da praça: a *quadra poliesportiva* e o *campo de futebol*.

---

<sup>9</sup> A não ser que estivesse seguindo o ritmo de outro praticante enquanto uma interação estivesse sendo estabelecida.

<sup>10</sup>Por isso que, quanto mais claro for a motivação de estar na praça, mais fácil será de se livrar de possíveis embaraços.

Assim, até mesmo aqueles que vão desacompanhados à praça poderá oportunamente ser situados dentro de encaixes interacionais com outros indivíduos que estão nesse lugar público no mesmo momento. Estando *Meramente situado* (GOFFMAN, 2010) enquanto estava sentado sozinho em um banco, assistindo à partida de futebol amador, pude interagir com duas pessoas, *Grandão* e *Galega*, que relato no diário de campo.

Sentado em um banco próximo às máquinas da academia, aproveitei que o homem do banco ao lado foi sentar mais próximo ao campo, senti onde ele estava, [...] Após alguns minutos, chegou um senhor de bicicleta, que encostou-a e sentou no banco da parada de ônibus, mas que em pouco tempo ele disse: *vou me sentar aqui* e sentou no banco que eu estava, só que mais afastado. Ele comentou pontualmente sobre o jogo: *de quanto tava* e sobre algumas jogadas que tinham ocorrido.

[...]

*Galega* - Ao chegar ela falou com grandão, alguém que já conhecia antes – e eu o chamei assim exatamente por ser o modo que ela o chamara -. Do tempo em que ela disse: *posso sentar aqui?* e colocou a máscara e sentou ao meu lado até a hora que ela foi embora, muito foi dito por ela sobre sua vida

(Diário de campo do pesquisador, dia 5 de fevereiro de 2022).

De fato, essa interação entre nós três foi possível devido a uma série de situações momentâneas: seja ela o próprio espaço material do banco; a ocasião social da partida de futebol; a experiência comum enquanto morador do bairro. Além disso, demonstra como diversos fatores podem levar a uma *sociação* e a um certo grau de disponibilidade e facilidade para se encaixar em uma *sociabilidade* estando na praça. Tendo em vista que a praça é um palco das interações locais, mesmo que as formas possam variar, ela continua sendo um aglutinador de pessoas, podendo ser primeiramente pensando como esse *conteúdo material* que permite as *sociações*, podendo pensar, junto a Simmel (2006, p. 60): “Defino assim, simultaneamente, como conteúdo e material da sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência”.

Enquanto *Material*, os aparelhos públicos da praça potencializam a possibilidade de *sociações*, mas que em um segundo movimento, as pessoas que utilizam o *espaço material* podem se tornar motivação para outras pessoas ocuparem a praça, já que nele vai haver a possibilidade do encontro, ou seja, a ocupação é dinamizada pelas próprias *formas sociais* que os atores e agentes sociais imprimem ao lugar público, definidas autonomamente dos conteúdos e estabelecendo *sociabilidades e jogos sociais* (SIMMEL, 2006).

Entendo, a partir do que venho descrevendo até aqui, que a praça é constituída enquanto palco para os *jogos sociais* e *situações sociais* (GLUCKMAN, 1987) para a cidade. Admitindo como alicerce dessa afirmação que se trata de uma pluralidade de eventos que podem ocorrer simultaneamente e que não necessariamente se encontram em harmonia, podendo haver disparidades na capacidade de realizar

suas *práticas urbanas* no espaço da praça. É nesse sentido que aponto para um *jogo social limiar*, pois muitos usos sociais se encontram nas *margens*<sup>11</sup> da ritualização cotidiana desse lugar público, mas fazendo parte do *jogo social* da praça igualmente<sup>12</sup>.

### 3 Uso da quadra poliesportiva para as peladas, rachas ou amistosos de futsal

A quadra poliesportiva é um dos maiores espaços da praça, a maioria das vezes que ia fazer à campo, esse lugar estava ocupado por homens<sup>13</sup> de diversas faixas etárias. Apesar de aparentar ter práticas homogêneas, ao longo do tempo ia desnevoando e aparecendo as diferentes modalidades de uso e *jogos* que eram realizados e organizados nele. A organização é um ponto central, já que pensando em contraposição às partidas de futebol amador ou mesmo aos treinos no campo de futebol, são bem mais autorreguladas e dependem da própria mediação dos jogadores e das regras explícitas e/ou implícitas que são estabelecidas para a realização do jogo. Observando a dinâmica cotidiana dos praticantes, podemos ver essas regras em vigência:

Estava tendo jogo na quadra de futsal da praça, os jogadores eram homens jovens e jogavam revezando, a partir de uma certa quantidade de gol, o time era trocado. Os jogadores que estavam na reserva, assistiam a partida sentados na calçada entre a quadra e as máquinas de abdominal e barras de calistenia, espaço que serve como uma arquibancada improvisada para eles. Os reservas dividiam espaço com espectadores que assistiam a partida. Espectadores esses de maioria do sexo masculino, com exceção a uma mulher que estava ali com seu filho de colo. (diário de campo do pesquisador, dia 26 de novembro de 2019).

Tais regras dizem respeito aos critérios de substituição: quando um dos times marcar um número definido de *gols*; após um tempo pré-definido; a ordem de chegada define quais jogadores sucederão, isto sendo dado conforme eles gritem “primeiro, segundo, terceiro...” e quando chegam e perguntam “quem é o time fora?”. As regras dizem respeito também à própria *arbitragem* do jogo, definindo qual jogada pode ser considerada um *parou*<sup>14</sup>. Essa é a ferramenta de autorregularão dos jogos de bola das crianças e adolescentes. Por meio da mediação eles decidem quando o jogo vai parar por motivo de falta ou pênalti e quando o jogo deve seguir.

---

<sup>11</sup> Espero que fique nítido ao longo do trabalho que essa posição é assumida como um dado interacional, situado no jogo social. Nenhuma prática urbana estaria à margem por si, mas sendo situada nela a partir do enquadramento moral de outrem.

<sup>12</sup> Essa concepção teórica acabou ficando à margem no recorte adotado para esse trabalho, mas existiram situações sociais que pude observar em campo que ilustra bem essa ideia: como em um dia de jogo da Liga de Futebol Amador, onde uma prática à margem transformou a situação mais ou menos harmônica e uma intervenção policial na praça.

<sup>13</sup> Apesar da hegemonia de praticantes serem homens, existe a ocupação por mulheres em momentos específicos, fazendo o *racha* feminino. Os pormenores dessa prática e minha reflexão sobre isso encontram-se na pesquisa completa (SOUSA, 2022).

<sup>14</sup> Por vezes durante a *Caminhada Etnográfica* eu ouvia um grito: “Parou”, que era acompanhado de gritos “Foi parou não”. Era uma mediação e diálogo, mas não por isso harmonioso.

Refletindo a respeito das modalidades, formas, regras, a ideia que se estabelece é de que essa autorregulação pode ser vista como um aprendizado social *rotineirizado* a partir da ocupação da praça<sup>15</sup>, que consegue mediar os jogos, apesar de não haver um agente externo aos dois times que arbitra as partidas.

Para a existência do *jogo*, no entender de Huizinga (2019), é necessário o estabelecimento dessas regras, e que elas sejam seguidas dentro de um espaço delimitado, - nesse caso sendo a quadra, - e um tempo previamente acordado. Nessa circunscrição interacional e de *jogo*, “Sem dúvidas, tão logo as regras sejam quebradas, todo o mundo do jogo entra em colapso” (Ibid, p. 13). A partir de uma experiência, mesmo sem a figura mediadora do árbitro, os jogadores da quadra seguem suas regras e buscam sua autorregulação para evitar que o jogo acabe, estragando um momento de divertimento e podendo *se queimar* dentro da rede interacional da praça enquanto alguém problemático e com quem as pessoas não querem mais jogar. Ou, na visão de Huizinga (2019, p. 13-14): “O jogador que desrespeita ou ignora as regras é um ‘desmancha-prazeres’ [...]. O desmancha-prazeres destrói o mundo mágico, portanto é um covarde e precisa ser expulso”. Apesar do termo desmancha-prazeres não ser visto em uso êmico, podemos fazer uma interface a partir do autor para pensar na consequência que passa do *jogo* para as redes de sociabilidade.

O que se demonstra é que existe uma aprendizagem social a partir das práticas esportivas na praça, que dentro do tempo histórico de sua existência certos *Ethos* podem ter-se mantido a partir das interações, trocas e *jogos sociais* cotidianos, em que muitos hoje adultos e que ainda frequentam a praça, foram socializados.

Essa organização que pode ser observada na modalidade de associação é emicamente conhecida como *racha*. Durante as incursões que fiz nos domingos pela manhã, observei um grupo de jovens jogando na quadra. Eles fazem parte, em sua maioria, da mesma igreja evangélica, a *Igreja Batista do Nova Vida*, e organizam esses *rachas* há pelo menos 10 anos, sempre nos domingos pela manhã. Esse caso etnográfico é uma demonstração do que venho delimitando enquanto *rotineirização*: é possível pressupor que existam grupos relativamente fixos que podem ao longo do tempo terem dias e horários para usarem a quadra<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Essa observação vai de encontro ao *Padrão Internalizado*, referido por Magnani (1996) quando se trata da ordem e regras de uso do espaço público.

<sup>16</sup> Isso sem dúvida faz com que se constitua um certo grau de legitimidade para evitar disputas a respeito de quem tem prioridade para jogar naquele momento.

Nesse caso descrito acima, é apenas um dia na semana e em um horário em que a praça ainda não está tão movimentada, mostrando que a disponibilidade<sup>17</sup> de acessar a praça em diferentes horários pode facilitar essa organização que evite conflitos.

As formas sociais de interação envolvendo as práticas esportivas e de lazer que se aproveitam da quadra poliesportiva possibilitam um certo grau de organização do cotidiano nesse espaço público. Os *amistosos* se apresentam dentro dessa forma de organização, tendo jogadores fixos, *batizando* o time com um nome e até mesmo criando perfis em redes sociais para aperfeiçoar a comunicação a respeito das atividades do time. Graças a esses perfis<sup>18</sup>, organizado de forma a apresentar um feedback sobre as atividades do time, vemos sua articulação em uma rede maior, com jogos na chamada *Arena Malvinas*<sup>19</sup>, mas também em outras quadras da região, como o da Praça do Liberdade II; da Escola Municipal Duarte Filho, que fica no Bairro Costa e Silva; da praça do UPA, que fica no bairro Alto de São Manuel. As *sociabilidades esportivas*, que inicialmente são realizadas no campo da Praça do Nova Vida, - apropriado pela equipe de futsal enquanto *Arena Malvinas*, - ganham um grau de organização e de frequência que forma uma equipe patrocinada pelos próprios fundadores e jogadores e que começam a se articularem em rede com outros clubes, fazendo *amistosos* em toda a região<sup>20</sup>.

#### 4 O campo de futebol do Nova Vida ou campo o Luizão

O campo de futebol pode ser palco de *ocasiões sociais não-sérias/recreativas, sérias e regulares* (GOFFMAN, 2010). Por vezes, observei *Campo o Luizão* sendo utilizado para jogos de futebol em que a ocasião dos jogadores era um uso meramente recreativo, sendo visto por vezes pela manhã, quando homens utilizavam o campo para *tirar um racha* ou quando crianças que utilizavam somente uma parte do campo e ficavam chutando a bola ao gol. A atividade não pode ser vista como um treino para disputa de futebol amador ou de várzea, mesmo que alguns dos jogadores sejam membros de grupos que fazem parte dessas categorias.

Não é o caso da Associação Desportiva do Bairro IPE/ADIPE, fundada em 1987, essa utiliza o campo para seus treinos e a partir das atividades deles se estabelecem ocasiões sociais sérias e

<sup>17</sup> Sobretudo por ser um lugar público de acesso livre, a não ser em casos extraordinários onde o poder público interdite o uso.

<sup>18</sup> Os perfis encontrados foram os seguintes: PSG Malvinas ([www.instagram.com/psg\\_malvinas/](http://www.instagram.com/psg_malvinas/)); Liverpool futsal oficial ([www.instagram.com/liverpool\\_futsal\\_ofc/](http://www.instagram.com/liverpool_futsal_ofc/)); Juventos Malvina ([www.instagram.com/fc\\_juventos\\_malvinas/](http://www.instagram.com/fc_juventos_malvinas/)); NewLife Feminino ([www.instagram.com/newlifeminino/](http://www.instagram.com/newlifeminino/)); Sport Barbearia Futsal ([www.instagram.com/sportbarbeariafutsal/](http://www.instagram.com/sportbarbeariafutsal/)). Links e atividade dos perfis registrados em 2022.

<sup>19</sup> É assim que a quadra poliesportiva é batizada pelo Sport Barbearia Futsal (<https://www.instagram.com/p/CUWQIRCsj57/>).

<sup>20</sup> Mas que ainda assim, o lugar inicial da equipe é sua *casa*.

regulares que tem por meio da mediação da instituição uma normatização e um disciplinamento que leva seus membros além da recreação ou do lazer. Por meio das diferentes categorias de jogadores, divididas por idade e porte físico do jogador, - e por meio da ação do treinador, - os sujeitos são estabelecidos em um mundo social interligado com a prática desportiva, que faz com que alguns possam entrar desde criança na associação e ser jogador do clube de futebol amador, que compete com outros times do município. É importante perceber que nos dias atuais o ADIPE compete em ligas a partir do nome Adibe, tal como em sua sede<sup>21</sup> é possível encontrar esse nome no letreiro<sup>22</sup>.

O campo é um lugar para a disputa dos clubes de futebol da cidade, que se relacionam em rede com os outros campos e pessoas de outros territórios e lugares da cidade de Mossoró/RN, havendo um deslocamento de torcedores e jogadores conforme a agenda do campeonato.

De fato, quando os jogos futebolísticos ocorrem naquele lugar, é um entretenimento para os moradores, que circundam o campo de futebol assistindo à partida. Além de servir como oportunidade para aqueles moradores que desejem comercializar para os espectadores da disputa. O campo não pode ser tido somente enquanto espaço para o jogo, mas enquanto um lugar de fortalecimento de vínculos sociais e de identidades sociais ligadas ao mundo desportivo, formando vínculos de amizade e rivalidade, intrabairro e extrabairro, a partir dos campeonatos que são realizados nele. Além de fazer com que nos dias de futebol, principalmente aos Sábados pela tarde, toda a dinâmica da praça orbite em torno de si.

Pode existir moradores de Mossoró que conheçam o território tão somente a partir da ida à praça assistir ou jogar uma partida, que ocupe esse espaço público no desenrolar das partidas, mas que tão logo se retire. De modo análogo, o campo pode ser pensado como uma porta de entrada para o estabelecimento de redes de sociabilidade entre moradores de outros bairros e os moradores do Nova Vida/Malvinas. Também fazendo com que o lugar seja *bem-visto* pelos campeonatos de futebol que ocorrem nele, mas a praça e o bairro em si continuem estigmatizados como um lugar perigoso. O dia em que foi possível fazer a observação da *Praça do Nova Vida/Malvinas* enquanto havia uma partida da Liga de Futebol de Mossoró foi essencial para a compreensão de como as diferentes situações se interpenetram nas atividades de ocupação da praça.

---

<sup>21</sup>A sede está estabelecida em uma rua na lateral da praça, tendo sua entrada voltada para ela.

<sup>22</sup> Mesmo assim, por vezes a associação se divide em dois times para competir em campeonatos locais, como é o caso da Liga Mossoró 2022, inscrevendo o ADIPE Confecções e o Adibe.

Para este tópico, falarei justamente das ocasiões sociais de caráter sério e regular, sobretudo na observação dos jogos pela *Liga Mossoró*<sup>23</sup>. Aqui, dois interlocutores se mostraram fundamentais para a pesquisa, que chamarei de *LH*<sup>24</sup> e *SF*<sup>25</sup>. Eu costumava encontrar os dois em dia de jogo e assistir junto a eles, ou então eles me chamavam para assistir as partidas ou acompanhar um treino.

No dia da semifinal da Liga Mossoró 2020 – que devido à pandemia sua duração foi estendida até o início de 2022 –, eu fiquei inicialmente assistindo à partida junto à *galera* dos *Teimosos*, por acreditar ser uma oportunidade de adentrar nas sociabilidades estabelecidas por eles. Assim, conforme relatei no diário de campo:

Maioria de homens, eles chegavam em automóveis, estacionavam perto da creche e se achegavam no pedaço debaixo do cajueiro, aproveitando sua sombra. Enquanto assistiam a partir do seu time, alguns bebiam, conversavam e davam pitaco no jogo, tudo em um tom bastante jocoso. Ali, eles não formavam um espaço fechado, na verdade eles interagiam com pessoas das Malvinas e conheciam eles. Recorrentemente alguns brincavam com Alan, dizendo: você num disse que não vinha?”. Aparentemente, a não ida dele seria instigado pelo medo da violência. Expressa na fala de Fernando, jogador do Adibe, que disse em tom de brincadeira: “Você num disse que não vinha? Cuidado com onde você tá!”. Sendo retrucado por alguns que estavam lá: “Fale baixo, omi” (Diário de campo do pesquisador, 19 de fevereiro de 2022).

Conforme percebido, os torcedores que vêm de outros bairros não ficam isolados, possivelmente por terem uma mesma pertença a essas *sociabilidades futebolísticas*, participando e acompanhando outros jogos e em outros lugares. Assim, muitos dos jogadores do Adibe, quando passavam, cumprimentavam e brincavam com os torcedores dos Teimosos. Mas, existe um afastamento, sendo pelo lugar que eles ficaram, mas também pelas brincadeiras *tiradas*, envolvendo um momento anterior onde um dos espectadores disse que não ia ver o jogo por medo da violência.

Outros acontecimentos nesta semifinal chamaram minha atenção, sendo a entrada dos torcedores em campo, que vai além de um mero lugar para poder assistir à partida. Ela parece estar bem mais relacionada com os gritos, a torcida, a oferta de dinheiro<sup>26</sup> em tom jocoso. Acentuado por ser a final em que dois times locais decidiam quem seria o campeão, se estabelece uma situação social (GLUCKMAN, 1987) onde a *prece* do goleiro e os *gritos* da torcida se juntam em uma ritualização em

---

<sup>23</sup> A Liga de Futebol Amador à que me referi até aqui, ela tem redes sociais bastante atualizada, conforme pode se observar em [www.facebook.com/LigaMossoro/](http://www.facebook.com/LigaMossoro/).

<sup>24</sup> *LH* já havia treinado no Adibe durante a infância, conhecia muitos dos jogadores e costumava acompanhar os treinos que ocorriam à noite.

<sup>25</sup> *SF* era amigo de muitos jogadores e costumava andar com alguns deles, além disso, em uma página no *Instagram* ([@nmrfoluas](https://www.instagram.com/nmrfoluas), [www.instagram.com/nmrfoluas.jpeg/](http://www.instagram.com/nmrfoluas.jpeg/)) ele costumava registrar o cotidiano da comunidade, onde dentre as fotos havia registros das partidas que ocorriam no *campo o Luizão*.

<sup>26</sup> Trata-se de uma observação que relatei no diário de campo, onde um torcedor ficou atrás do gol assistindo ao jogo e gritava que daria 100 reais se o goleiro deixasse que fizessem um gol.

*jogo* de um *Ethos Masculinista* (DUNNING, 1993). Além do momento quando os torcedores *invadem*<sup>27</sup> o campo, um momento da situação já desenvolvida e que só acontece quando o jogo vai para a decisão por pênaltis, há uma posição ocupada anteriormente, existindo uma ritualização da torcida que transcorre durante a partida. Assistindo ao jogo da semifinal junto aos torcedores do Adibe, era percebido a comunicação eufórica da torcida:

Sendo a única mulher naquele pedaço, a companheira de um jogador do Adibe - que não jogaria naquele dia por estar suspenso - assistia e comentava o jogo na beira do campo, sentada na *arquibancada*, que é um espaço hegemonicamente ocupado por homens. [...] ela comentava sobre o jogo e dava suas opiniões sobre as jogadas.

Um ponto que percebi desde o último jogo que assisti, é a interação dos torcedores nos jogos. Eles dão toques, tiram brincadeiras e dão sugestões de jogadas, seja para o técnico, para os jogadores ou para o Juiz. LH torcia gritando, sempre com comentários dotados de jocosidade. (Diário de campo do pesquisador, 19 de fevereiro de 2022).

Com a torcida ativa em forma de exclamações, reclamações e sugestões, esses agentes sociais são expectadores partícipes do *jogo*. De fato, do ponto de vista do *jogo social* (SIMMEL, 2006), todos que estão nessa ocasião social (GOFFMAN, 2010) são partícipes, mesmo que os papéis sociais exercidos possam divergir entre si. A partir das lições goffmanianas e simmelianas, as próprias interações seriam parte de um jogo entre os indivíduos, mas, nesse sentido, creio que exista uma diferenciação importante entre esse *jogo social* e a partida de futebol que se desenvolve. Podemos para isso levar em conta a definição de jogo de Huizinga (2019, p. 12), no sentido às suas características formais, onde:

Reina dentro do terreno de jogo uma ordem específica e absoluta. E aqui chegamos a uma outra característica sua, mais positiva ainda: ele cria ordem e é ordem [...] exige uma ordem suprema e absoluta: a menor desobediência a ela “estraga o jogo” privando-o de seu caráter próprio e de todo e qualquer valor.

Ao passo que se admite a torcida enquanto partícipe do jogo social junto ao time, do ponto de vista da partida eles podem intervir a partir de sua torcida, mas sem que intervenham diretamente no campo, já que as interrupções externas colocariam em risco a *ordem suprema da partida* - mediada pelo árbitro<sup>28</sup>.

## 5 Praça das Malvinas

---

<sup>27</sup> Me refiro à entrada dos torcedores no campo no momento dos pênaltis, acompanhando o desenrolar do jogo na *grande área do gol* até que o jogo acabe e o time vencedor possa comemorar junto ao seu time.

<sup>28</sup> Na linha conceitual goffmaniana, a *ordem suprema da partida* instaura no espaço público, - socialmente apropriado para a sua realização, - uma normatização a partir de regras e etiquetas sociais definidas. Nesse sentido, invasões seriam vistas como uma *impropriedade situacional* (GOFFMAN, 2010) por parte daquele que infringe tal sacralidade informal das civilidades que permeia o comportamento em lugares públicos.

No trabalho, a divisão entre *Praças do Nova Vida e Praça das Malvinas* foi possível a partir da identificação de atividades estabelecidas e acontecimentos que perpassam a violência e outras que escancaram as fronteiras e *hierarquias morais* desse lugar público.

Importa, aqui, adentrar as regras de alguns usos e ocasiões sociais socialmente estabelecidos, tal como os *regimes de justificativa* e as construções de fachadas (GOFFMAN, 1985) que tornam possível a ocupação do espaço público de um bairro estigmatizado, - fato justificado moralmente no *Lugar Malvinas*, - que, diante dos diferentes estilo de vidas, tem sua cultura moral-emotiva provocada a partir da construção de uma correlação pelos lugares e narrativas de personagens *contaminados* com a violência urbana.

Busca-se, então, compreender como os usuários da praça desenvolvem lógicas locais de relações de *estabelecido e desviante*, como operacionalizam suas teias interacionais com afinidades e evitações. O debate se inicia a partir dessa ambivalência, ou seja: das estratégias dos usuários da praça que visam a *preservação das fachadas* (GOFFMAN, 2011) que os mesmos buscam representar nesse lugar público.

Diante da ação do poder público que vigia as *sociabilidades da praça*, os atores e agentes sociais locais buscam *preservar suas fachadas*. Podendo significar a deferência ao patrulhamento do poder público ou a fuga e a dissimulação diante os olhares da *cidade oficial*. A ação da segurança pública é guiada por hierarquias socialmente construídas e que fortalecem as fronteiras morais formadas em jogos cotidianos de afastamentos e preservação de fachada na praça. O conceito de *preservação de fachada* é definido nos seguintes termos:

Com preservação de fachada [face-work] eu quero designar as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que esteja fazendo consistente com a fachada. A preservação da fachada serve para neutralizar “incidentes” – quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada (GOFFMAN, 2011, p. 20).

A preservação de fachada faz parte do jogo social, buscando o equilíbrio na sacralidade informal do cotidiano e na manutenção dos valores morais individuais e coletivos. É importante perceber que o conceito não implica que seja pela preservação de uma carreira moral socialmente positivada. Os relatos etnográficos apresentam a *Hierarquia Moral* vigente: a expectativa do poder público diante dos *tipos humanos* encontrados na praça e os atores e agentes sociais reais que se apropriam desse lugar público.

A definição e a tensão dessa *Hierarquia moral* podem ser percebidas nas estratégias que os grupos lançam mão nesse jogo social. Penso que a estratégia envolve um grau de constrangimento do

poder público para a *despoluição* da praça. A partir do momento em que certos *tipos humanos poluidores* estão em cena, a estratégia adotada busca expulsá-los e, assim, gerar uma *sensação de segurança* para aqueles que pretendem se apresentar enquanto *bom cidadão*.

Um dos exemplos pode ser encontrado quando estava acompanhando uma interlocutora enquanto ela caminhava na praça, que me fez pensar que existem barreiras para esse *uso social cotidiano*, essas não sendo somente físicas<sup>29</sup>. Durante o campo, percebi que, dentro das motivações para não caminhar ou circular na praça em determinados horários, também se dá por justificativas morais, como pode ser observado na seguinte passagem do diário de campo.

Nesse dia, encontrei uma interlocutora caminhando, que justificou sua ida mais cedo pelo fato de que mais tarde seria impossível caminhar com o fedor de maconha. Essa fala ajuda a entender a relação estabelecida entre as pessoas que caminham e as que fumam maconha na praça. Outra vez, ao chamar um amigo, ele já tinha alegado a tal fato para não querer ir.

Acho que para entender o que a interlocutora quis dizer, é preciso compreender quem é ela e de onde ela vem, pois ela é uma mulher mais velha, mãe, evangélica. (Diário de campo do pesquisador, dia 5 de dezembro de 2019).

O *fedor de maconha*, nesse contexto, pode ser entendido como a inevitável constatação da situação de co-presença entre os diferentes atores e agentes sociais, incluindo aqueles supostamente estigmatizados em carreiras morais desviantes<sup>30</sup>. Dentro das situações de proximidade e afastamento enquadradas nas *Fronteiras Morais* do cotidiano da praça, é muito mais favorável quando as ocasiões permitem uma *desatenção polida* (GOFFMAN, 2010)<sup>31</sup>.

Assim, o *fedor da maconha* que se espalha pela praça é mais difícil de ignorar ou ter uma *desatenção polida*, comprometendo os atores e agentes sociais que pretendem exercer uma fachada de *bom morador* aos olhos vigilantes da *cidade oficial*, exercida pelo poder armado da polícia militar. Por constituir um risco de *ser confundido*<sup>32</sup>, seria uma situação de embaraço inevitável, mesmo que o caminhante esteja reforçando seu encaixe interacional a respeito do que ele está fazendo na praça.

Como pontuei superficialmente acima, ocupar a praça também perpassa o cuidado para não ter a fachada constrangida pelo poder público, representado na polícia militar. É necessário um encaixe

<sup>29</sup> Como mesas e cadeiras que eram colocadas na praça com a instalação de comércios informais, motocicletas estacionadas em cima da praça, pessoas sentadas em cadeiras para assistir à um jogo, outros grupos de caminhantes que circulavam em ritmo mais devagar que faziam com que os que viessem mais rápidos terem que desviar.

<sup>30</sup> É possível pensar que para a interlocutora a prática de fumar maconha está à margem, mas que afeta seu uso social enquanto caminhante, criando uma situação de incerteza diante um terceiro que possa julgar a sua posição na praça/bairro. Constituindo, como venho pressupondo, um *jogo social liminar*.

<sup>31</sup> Ou seja, a evitação do encontro de olhares e de interação com outros interactantes, que nesse caso são aqueles apontados como poluidores da sacralidade cotidiana da praça.

<sup>32</sup> Noção êmica que aponta para o risco de a Polícia Militar abordá-los, *confundindo-os* com os atores sociais que são alvos virtuais da abordagem policial.

situacional ou um papel social definido, já que o desencaixe situacional pode levar à compreensão que o partícipe está apenas *vagabundando*, o deixando mais suscetível a ser alvo de abordagens.

Para a melhor compreensão do que estou apontando, transcrevo o seguinte relato presente no diário de campo:

No primeiro carro da polícia que passou, os rapazes que estavam no *corredor*, começaram a se dispersar lentamente, mesmo que esse carro só tenha passado. Em uma dispersão lenta, aqueles que estavam entre o campo e a quadra se dirigiram para outros lugares da praça. Quando o segundo carro da polícia começou a chegar na praça, praticamente já havia ocorrido todo movimento deles para se juntar com os outros usuários da praça. No terceiro carro, não havia praticamente como abordar alguém da praça sem ter que parar tudo que estava acontecendo ali: treino do Adibe, pessoas caminhando, pessoas se exercitando, transeuntes, rapazes que estavam no *rucha*. (Diário do campo do pesquisador, dia 20 de dezembro de 2021).

Conforme pude observar, as manobras que a Polícia Militar costuma realizar na ronda da praça parecem seguir esse procedimento descrito no relato. De fato, mesmo que eles consigam abordar alguém ou achar a quem estavam procurando, efetivamente eles conseguem fazer com que certos usuários tenham que parar o que estavam fazendo e saiam desse lugar público. Além disso, o relato mostra que a praça é um aparelho no bairro de maior visualização e controle, existindo dentro dela lugares em que é mais fácil de definir a carreira moral do usuário e proceder uma abordagem contra ele, sendo um desses lugares o *corredor*<sup>33</sup>.

Existe, então, uma manobra por parte do poder público para causar um possível constrangimento<sup>34</sup>, uma imposição de uma conduta coerente com a normatividade estatal e uma seleção de carreiras morais que podem estar presente na praça. Essa última fica evidente nos tipos de abordagens *justificáveis* por se tratar da intervenção contra *desviantes* que utilizam a praça para cometer ilícitudes.

Por parte daqueles que são alvos desse monitoramento, existe o reconhecimento de que estar no *corredor* os enquadram como *alvos ideais* de uma virtual abordagem, por isso procuram ir para outros lugares quando percebem que está se armando uma situação em que a preservação de suas fachadas está em risco. Mas o que se salienta é que esses atores e agentes sociais também reconhecem a *Hierarquia Moral* que estabelece os riscos de ser abordado, fazendo com que eles busquem o subterfúgio de atividades sacralizadas no cotidiano da praça, ou seja, dissimulam e fazem um uso cínico

---

<sup>33</sup> O termo empregado não é êmico, mas utilizado por mim para definir esse espaço de passagem e de acesso ao *campo o Lmizão*. Por ficar atrás dos brinquedos das crianças, de muitas árvores e da grade, a visualização de quem está na pista é baixa.

<sup>34</sup> Essa capacidade de gerar constrangimento e embaraço nas situações sociais deve ser entendida em um poder desigual. A fachada social do policial não é constrangida nesse tipo específico de abordagem, mas criam embaraço nas interações sociais e os outros atores sociais devem buscar o retorno à normalidade.

de outros papéis sociais que existem a partir da realização de atividades. Os papéis procurados por eles são aqueles que dificultam a decisão do poder público de quem deve ser abordado.

A *Hierarquia Moral* se apresenta a partir de relações externas às sociações da praça, a partir das intervenções do Estado em sua atuação ostensiva, situando aqueles que têm seus usos sociais e práticas urbanas legitimadas e as práticas que não são vistas de acordo com as expectativas do poder público, ficando às *margens*. Já as fronteiras morais existem a partir da lógica interna dos participantes, situando suas aproximações e afastamento, como no caso etnográfico trazido sobre o *fedor de maconha*. Mesmo partindo de uma lógica interna, as fronteiras morais operam a partir das *molduras* dadas pela *Hierarquia Moral*, precisando ter uma leitura dela para poder operar os sinais de diferenciação e semelhança necessários para o *jogo social liminar*.

### Considerações finais

Ao observar as atividades cotidianas, foi possível perceber a construção moral e emotiva dos lugares que se encontram na praça. Para exemplificar: ao observar as atividades cotidianas na quadra, foi possível perceber como certos atores e agentes sociais o constituem enquanto um lugar, com regras que organizam suas dinâmicas aprendidas socialmente. Onde a partir da organização e da autorregulação se institucionalizaram em *clubes* de futsal que jogam *amistosos* tanto na *Praça do Nova Vida* quanto em quadras de outros bairros, demonstrando assim a formação de uma *rede de sociabilidades* que se constitui a partir do encontro com os outros *clubes*.

As principais atividades identificadas foram: a *caminhada*, o exercício na academia da terceira idade, a *pelada*, o *racha*, o *amistoso*, os jogos pelo campeonato de futebol amador, o uso de tóxicos. Todas elas sendo complexificadas pela interação contínua na existência desse lugar público, formando os seguintes lugares morais e emotivos: a *quadra poliesportiva*, o *campo O Luizão* e o *corredor*. Sendo todos estes instituídos sobre a praça que se apresenta enquanto um *lugar* apropriado de diferentes formas, conforme a *visão de mundo* e a carreira moral do agente que busca apropriá-la. Todos esses lugares são capazes de instaurar temporalidades com regras próprias, propriedades situacionais adequadas e estratégias de preservação de fachada apropriada. É a partir desse entendimento que se percebe como os lugares e as reputações se sobrepõem, fazendo com que se tensione moralmente as *civilidades* selecionadas pelo poder público e as *carreiras morais* estigmatizadas que tem seu trajeto na praça.

A identificação da existência de uma Hierarquia Moral é feita também por aqueles que são estigmatizados enquanto *desviantes*, já que para se resguardar do constrangimento causado pela polícia que vigia a praça, eles costumam fazer um uso cínico dos papéis sociais da praça, *inventando*, - conforme

apontado por SF, - que eles estão do outro lado do lado que costuma ser mais respeitável pela *cidade oficial*. Assim, se a estratégia do *empreendimento moral* do poder público é tirar as *Malvinas* da praça do *Nova Vida*, esses acusados como *desviantes* estabelecem um jogo social liminar para confundir a *Hierarquia Moral* que os supõe enquanto *perigosos*. Isso é possível graças a duas construções diferentes, da Hierarquia Moral e das Fronteiras Morais diferenciadas, enquanto para os de *fora* ela é mais dura taxativa, agindo de forma hierárquica, para os moradores a fronteira é fluida e virtual, podendo até mesmo ressignificar e valorizar positivamente o termo *Malvinas*, usando para além de um termo taxativo que define a moralidade dos moradores do bairro e os usuários da praça.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Raoni Borges. **Emoções, lugares e memórias: um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel**. Mossoró: Edições UERN, 2019.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar. V.1, 1.ed. 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- DOTÉ, Alice. **Pulsa o coração da cidade: errâncias, afectos e potências no dia e na noite da Praça do Ferreira**. Proa: Revista de Antropologia e Arte, v. 7, n. 2, p. 136-158, 2017.
- DUNNING, Eric. **O desporto como uma área masculina reservada. Notas sobre os Fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações**. in: Elias, Norbert. Dunning, Eric. A busca da excitação. Difel: Lisboa. 1992. 389-412p.
- GLUCKMAN, Max. **Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna**. in: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Global, 1987. p. 227-344
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes 1985. 236p.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HOLANDA, Ismênia; GOMES, Marília. **Nessa praça tem de tudo, só falta descer um disco voador: a visão dos moradores do entorno da Praça João Gentil sobre os conflitos que ali ocorrem**. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, 2., 2011, Fortaleza. SEMANA DE HUMANIDADES, HUMANIDADES: ENTRE FIXOS E FLUXOS, 8., 2011, Fortaleza. Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 1-15

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MAGNANI, José. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. EDUSP, São Paulo, 1996. 1-30p.

SANTOS, Maria. **É no chão da praça: ativismos políticos e espaço público na Praça da Cruz Grande/Juventude–Serrinha/Fortaleza**. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2006.

SOUSA, Ângelo. **A expansão urbana de Mossoró e a produção de lugares excluídos do País de Mossoró**. Revista de Estudos SocioCulturais. Mossoró: UERN. V1, n1. p. 50-74. julho de 2021.

SOUSA, Ângelo. **Praça do Nova Vida/Malvinas: Urbanização, Estigmatização Territorial e Sociabilidades na Praça Pública**. - Mossoró, RN., 2022.187p.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 16. 2017. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>.

WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais**. Cortez Editora, 2022.

### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

### **FINANCIAMENTO:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

As contribuições foram do único autor

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar .

### **MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa – Graduado em Ciências Sociais – DCSP/UERN. Mestre em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. Doutorando em Antropologia – PPGA/UFPB. É editor da Revista *Áltera* – UFPB. Membro do Grupo de Estudos Culturais – GRUESC/UERN.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.